

ATA DA 2ª PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

TEMA: DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Aos 23 dias do mês de abril do ano de 2026, às 19 horas, nas dependências da CEMEI Monsenhor Alcindo Siqueira, situada na Rua Pascoal R. Antônio Spaziani, 243, Jardim Real, realizou-se a reunião da 2ª Pré-Conferência da Primeira Infância – Território 02, com o tema “**Direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer**”, tendo como texto-base o documento “Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude: perfil demográfico, socioeconômico e mapeamento”, especialmente o volume referente ao eixo temático Educação, Cultura, Esporte e Lazer. A reunião contou com a presença de representantes do poder público, profissionais da educação, da assistência social, conselheiros, famílias, conforme lista de presença do evento.

A abertura dos trabalhos foi realizada por **Rafaelly Helena Ribeiro**, Diretora do Departamento de Promoção e Proteção da Primeira Infância, que saudou os presentes e apresentou o objetivo da 2ª Pré-Conferência da Primeira Infância, destacando que o foco do Comitê e das discussões em curso é a primeira infância, compreendida como a faixa etária de 0 a 6 anos. Ressaltou que a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância exige, inicialmente, a escuta das demandas territoriais, para que, posteriormente, sejam elaboradas ações diretas, concretas e adequadas às necessidades de cada território.

Foi reforçado que a Pré-Conferência integra o processo de promoção e proteção dos direitos da primeira infância no município, tendo como finalidade contribuir para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, a partir da escuta da comunidade, da análise dos dados existentes e da articulação entre os diferentes setores que compõem a rede de atendimento. Também foi informado que o diagnóstico social da infância, adolescência e juventude de São Carlos encontra-se disponível para consulta pública no portal da Prefeitura Municipal.

Na sequência, foi convidado **Júnior**, representante do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Gestão Pública, para realizar a apresentação do tema. **Júnior** explicou que atua no acompanhamento do plano de governo e no monitoramento das ações das secretarias municipais, com a finalidade de compreender as metas previstas e contribuir para que sejam executadas da melhor forma possível.

Durante sua exposição, **Júnior** apresentou dados relacionados à educação infantil no município. Informou que, em 2020, a Prefeitura atendia aproximadamente 60% da demanda de creche para crianças de 0 a 3 anos. Destacou que, naquele período, a fila de espera era de aproximadamente 1.180 crianças e que, atualmente, esse número foi reduzido para cerca de 458. Em relação às crianças de 4 e 5 anos, informou que, em 2020, havia cerca de 5.500 crianças matriculadas, com atendimento de aproximadamente 88% da demanda, embora a cobertura efetiva ainda apresentasse desafios.

Também foram apresentados dados relacionados às ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar no ano de 2020, destacando-se que 16% das ocorrências estavam relacionadas à falta de vaga e 32% à frequência escolar irregular. Tais informações foram consideradas relevantes para a compreensão dos desafios de acesso, permanência e acompanhamento das crianças na educação infantil e nos demais equipamentos da rede.

Júnior pontuou, ainda, a questão do transporte escolar, especialmente no que se refere às crianças da zona rural, muitas das quais permanecem longos períodos em deslocamento para acesso às unidades escolares. Destacou que essa realidade impacta diretamente a rotina, o acolhimento, a permanência e as condições de aprendizagem das crianças.

Aberto o momento de debate, **Flávia**, Supervisora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, destacou que há crianças residentes na zona rural que frequentam escolas urbanas, não sendo atendidas exclusivamente nas unidades localizadas em seus territórios de origem. Pontuou que tal situação gera vulnerabilidades relacionadas ao deslocamento, à chegada, ao acolhimento, ao tempo de espera e à entrada da criança na escola.

Flávia também relatou a experiência do transporte escolar destinado às escolas-polo de atendimento às crianças surdas, mencionando que, anteriormente, todas as crianças eram atendidas por uma mesma linha, percorrendo grande parte do município e precisando sair de casa muito cedo. Registrou que houve avanços com a divisão das rotas em linha norte e linha sul, mas reforçou que ainda existem violações relacionadas ao acesso e à permanência, especialmente quando o transporte não considera as especificidades das crianças e de seus territórios.

Retomando a apresentação, **Júnior** abordou dados da educação especial, informando que, em 2020, eram atendidos 1.618 alunos, sendo 49,5% identificados como autistas. **Flávia** complementou que, em 2026, a rede municipal conta com 15.211 alunos, dos quais 1.074 possuem laudos, sendo 973 relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e 141 a outras deficiências. Contudo, ressaltou a necessidade de cautela quanto ao uso dos laudos, considerando os desafios de diagnóstico, acompanhamento e compreensão integral da criança.

Anderson de Oliveira Rufino, diretor de escola, contribuiu com o debate ao reforçar a necessidade de compreender melhor o panorama relacionado ao autismo, especialmente diante de possíveis subnotificações e das diferentes formas de identificação das necessidades educacionais e de desenvolvimento das crianças.

Gabriela, representante da Oca dos Curumins, manifestou preocupação com as dificuldades do atendimento e da inclusão das crianças no ambiente escolar, especialmente nos momentos em que há situações de crise ou desregulação, questionando como garantir a inclusão dessa criança na sala de aula sem desconsiderar as necessidades das demais crianças.

Júnior reforçou a importância da articulação com o Governo do Estado, mencionando a proposta de uma Casa do Autista como possibilidade de estruturação de atendimento especializado no município de São Carlos. **Flávia**, por sua vez, destacou que a educação não consegue, sozinha, responder ao recorte clínico das demandas apresentadas pelas crianças e retomou que, na 1ª Pré-Conferência, já

havia sido apontado o déficit de servidores e de atendimento na área da saúde. Reforçou que, muitas vezes, a escola é a única política pública à qual a criança tem acesso contínuo.

Flávia também chamou atenção para a existência de resistências atitudinais, expressas em práticas e discursos que classificam crianças a partir de ideias como “esse cabe” ou “esse não cabe” na escola. Ressaltou que tal postura contraria o direito à educação e compromete o princípio da inclusão. Em seguida, apontou a lacuna provocada pela ausência de um currículo municipal próprio, questionando como definir que uma criança apresenta déficit em relação ao esperado se não há diretrizes claras sobre qual desenvolvimento se espera, especialmente na primeira infância. Observou que, em muitos casos, é na escola que as famílias escutam pela primeira vez que o desenvolvimento da criança não está dentro de determinado padrão esperado.

Rafaelly Helena Ribeiro destacou que justamente por isso é necessário iniciar um levantamento correto e qualificado das demandas, considerando que as crianças ocupam os mesmos territórios que os adultos e são diretamente impactadas pelas condições sociais, urbanas, educacionais e comunitárias. Ressaltou que essas crianças se formarão como adultos e que os efeitos das políticas públicas, ou da ausência delas, repercutirão ao longo de toda a vida.

Flávia aprofundou a reflexão sobre a forma como a primeira infância é historicamente tratada na escola, muitas vezes vinculada a uma visão assistencialista, como espaço de guarda e proteção, e não como etapa fundamental do processo educativo. Defendeu que a educação infantil deve ser compreendida como espaço de desenvolvimento, intencionalidade pedagógica, convivência e ampliação de repertórios, sem se limitar à proteção física da criança. Também destacou que a escola precisa articular expectativas de desenvolvimento que não reproduzam desigualdades, considerando que crianças de diferentes classes sociais têm acessos distintos a experiências culturais, educativas e de socialização.

A participante questionou, ainda, a ampliação da educação integral e a construção de novas unidades escolares. **Júnior** informou que há previsão nesse sentido, mas que a execução fica condicionada à disponibilidade de recursos. **Flávia** pontuou que a municipalização do ensino deve ser analisada não apenas pela perspectiva do aumento de recursos, mas também da manutenção da rede, da contratação de funcionários e da capacidade real de atendimento.

Foi debatida a necessidade de fortalecimento da rede de atendimento à primeira infância, especialmente no que se refere à contratação de profissionais, à articulação entre setores e à definição de responsabilidades. **Flávia** ressaltou que é preciso ter cuidado para que o município não amplie responsabilidades que são de outros entes federativos sem o devido financiamento e suporte, devendo priorizar o fortalecimento das políticas voltadas à primeira infância. Destacou, ainda, que, ao se discutir vulnerabilidade na educação, deve-se reconhecer que nada é mais vulnerável do que o bebê.

Flávia também apontou a potência existente na rede municipal e nos profissionais que atuam com a infância, mas observou que essa potência muitas vezes é negligenciada pelo próprio sistema. Defendeu a criação de um protocolo intersetorial

para o cuidado das crianças, capaz de orientar a atuação conjunta entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas.

Anderson de Oliveira Rufino reforçou a importância de manter o foco na primeira infância para que seja possível enfrentar lacunas concretas. Observou que uma visão muito ampla e excessivamente holística pode ampliar a visibilidade dos problemas, mas reduzir a possibilidade de ação efetiva. Também manifestou preocupação com a perda de vínculo entre as ações municipais e estaduais, especialmente quando se pensa na continuidade do trabalho com as crianças ao longo de suas trajetórias escolares.

Júnior ressaltou que a falta de articulação entre a rede dificulta o levantamento de informações, o planejamento e a previsão de ações. **Flávia** sugeriu que sistemas já existentes, como o e-SUS, poderiam auxiliar no levantamento e cruzamento de algumas informações, contribuindo para uma atuação mais integrada entre as políticas públicas.

Na continuidade da apresentação, **Júnior** informou que, em 2020, aproximadamente 27% das crianças e adolescentes participavam de projetos de esporte e lazer. A partir desse dado, **Flávia** retomou a discussão sobre educação integral, destacando que, quando se fala em esporte e lazer, não se trata apenas de ampliação do tempo de permanência da criança na escola, mas da qualidade e diversidade daquilo que é ofertado.

Rafaella Marchetti, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação, enfatizou a diferença entre tempo integral e educação integral. Destacou que a educação integral pressupõe uma formação mais ampla, com experiências significativas, acesso a diferentes linguagens, desenvolvimento de habilidades sociais, culturais, corporais e cognitivas, bem como melhores resultados pedagógicos. Ressaltou a importância de pensar os espaços da educação infantil de forma ampliada, inclusive com maior utilização de bibliotecas e outros ambientes como espaços de vivência, cultura e aprendizagem.

Fernanda reforçou a importância da intersetorialidade, afirmando que a criança deve ser compreendida em sua integralidade. Pontuou que a gestão pública precisa enxergar a criança como um sujeito único e integral, e não como uma responsabilidade fragmentada entre diferentes secretarias ou serviços. Nesse sentido, destacou que as políticas públicas precisam dialogar entre si para garantir atendimento efetivo às crianças e suas famílias.

Ao longo do debate, foram registradas preocupações com os déficits de funcionários, com a necessidade de fortalecimento das políticas educacionais relacionadas à primeira infância, com a segurança pública nos territórios e com a descentralização das ações de cultura, esporte e lazer. Também foi destacada a importância de levar projetos para todos os territórios da cidade, evitando a concentração de oportunidades apenas em determinadas regiões.

Após as discussões, foram registrados como principais encaminhamentos: elaboração de política pública para estruturar a transição entre educação infantil e ensino fundamental, contemplando objetivos pedagógicos, de desenvolvimento e de inclusão; previsão orçamentária, no âmbito dos projetos especiais, para ampliar as possibilidades de acesso à cultura; criação de estratégias de acesso à cultura para a

primeira infância, inclusive levando ações para dentro dos CEMEI's quando não for possível transportar as crianças; articulação intersetorial para a criação de estratégias voltadas à garantia de vagas na educação infantil e à redução da fila de espera; fortalecimento da rede intersetorial para garantir frequência, permanência e acesso à educação infantil; realização de encontros, trocas de informações e experiências com os núcleos familiares; construção de protocolos de funcionamento da rede assistencial, de cuidado e proteção da criança; descentralização da ocupação territorial, com ampliação de projetos em todos os territórios da cidade; estruturação das políticas educacionais relacionadas à primeira infância no sistema municipal de educação, incluindo currículo, regimento e projeto político-pedagógico; fortalecimento da articulação da rede intersetorial; enfrentamento dos déficits de funcionários; e atenção às questões de segurança pública que impactam o acesso das crianças aos espaços de educação, cultura, esporte e lazer.

Elencamos os principais pontos debatidos na noite:

- importância da elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância a partir da escuta das demandas dos territórios;
- necessidade de compreender a primeira infância, de 0 a 6 anos, como prioridade no planejamento das políticas públicas;
- redução da fila de espera por creche, mas permanência do desafio de garantir vaga a todas as crianças;
- preocupação com o acesso, a permanência e a frequência escolar na educação infantil;
- impactos do transporte escolar na vida das crianças, especialmente da zona rural e de crianças atendidas em escolas-polo;
- necessidade de qualificar o atendimento das crianças com deficiência, autismo e outras necessidades específicas;
- preocupação com laudos, subnotificações, diagnósticos e com a responsabilidade compartilhada entre saúde e educação;
- reconhecimento da escola como, muitas vezes, a única política pública de acesso contínuo para determinadas crianças;
- necessidade de currículo municipal, diretrizes pedagógicas, regimento e projetos político-pedagógicos voltados à primeira infância;
- importância de superar a visão assistencialista da educação infantil, compreendendo-a como etapa educativa fundamental;
- necessidade de ampliação da educação integral, distinguindo-a do simples aumento do tempo escolar;
- fortalecimento das ações de cultura, esporte e lazer como dimensões fundamentais do desenvolvimento infantil;
- necessidade de descentralizar equipamentos, projetos e oportunidades para todos os territórios;
- importância da intersetorialidade entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, conselhos e demais órgãos da rede;
- necessidade de protocolos intersetoriais de cuidado, proteção, acompanhamento e encaminhamento das crianças;
- preocupação com déficits de funcionários e com a ausência de recursos suficientes para expansão e manutenção das políticas públicas;
- necessidade de garantir segurança pública nos territórios para viabilizar o acesso das crianças aos espaços e serviços.

Também ficou deliberado que as contribuições colhidas nesta Pré-Conferência integrarão o processo de sistematização das demandas territoriais e subsidiarão as próximas etapas da Conferência da Primeira Infância, bem como a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 21 horas, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente arquivada e servirá de subsídio para os próximos eventos.

E, para constar, eu, Rafaela Marchetti, na qualidade de Secretária da reunião, lavrei a presente ata, que segue por mim assinada, para fins de registro e encaminhamento às providências cabíveis.

São Carlos, 23 de abril de 2026